



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

SEÇÃO DE LICITAÇÃO  
Rua do Acre nº 80 - sala 604 - Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000  
Telefone/Fax: 2282-8682 -2282-8016

## EDITAL

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 124/2015

Proc. nº TRF2-EOF-2015/00343

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2015/307 de 15.09.2015, torna público, a abertura do certame licitatório na modalidade de **Pregão Eletrônico**, realizado por meio da internet, no site: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). O certame será regido pelas disposições da Lei 10.520/02, do Decreto 5.450/05, da Lei 8.666/93, da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, do Decreto 6.204/07 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	
<b>Data: 23 de DEZEMBRO de 2015</b>	<b>Horário (de Brasília): 11h30</b>
<b>Local: <a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a></b>	

Faz parte deste Edital:      Anexo I - Termo de Referência;  
   Anexo II – Modelo Certificado de Vistoria;  
   Anexo III - Minuta do Contrato.

1 - **OBJETO:** A presente licitação tem por objeto: **Item 01** - contratação de empresa para fornecimento de produtos e prestação de serviços para a atualização e ampliação da plataforma de comunicação Ericsson/Mitel MX-ONE TSE 4.1/SP4, para versão 6.0, considerando as capacidades do equipamento em uso no TRF da 2ª Região; **Item 02** - contratação de empresa para ampliação da plataforma de telecomunicação MITEL MX-ONE TSE 4.1/SP2, com fornecimento de um LIM remoto, para atender o site Centro Cultural Justiça Federal – CCJF, conforme especificações definidas neste Edital e seu Anexo I - Termo de Referência.

1.1 - O objeto desta licitação é dividido em 02 (dois) itens e poderá ser adjudicado a mais de um licitante.



## **2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES**

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do *site* [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

2.1.1 - A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, o licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.4 - Empresas que estejam reunidas em consórcio;

2.3.5 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.6 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

2.3.7 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa);

2.3.8 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/98.

2.3.10 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.



- 2.4 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.
- 2.5 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabelião de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias.
  - 2.5.1 - Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.6 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:
  - 2.6.1 - Estar ciente das condições da licitação, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
  - 2.6.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **3 - DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do *site* **www.comprasnet.gov.br**. (art. 3º do Decreto 5450/05).
- 3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).
- 3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).
- 3.4 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.5 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).



#### **4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente envio da proposta de preços, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, no **VALOR TOTAL DO ITEM COTADO**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.
- 4.3 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:** A Proposta de Preços deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;
- 5.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.5 - **Descrição detalhada dos serviços**, obedecidas as especificações e exigências constantes do Termo de Referência – Anexo I, bem como a MARCA (e modelo, se houver);
- 5.6 - **Preços unitários e totais** (deverão ser cotados com apenas duas casas decimais, sendo as demais desprezadas), em algarismo e por extenso, em moeda nacional;
  - 5.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto.
- 5.7 - **Prazo de validade da proposta:** não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico.



- 5.8 - **Prazo de fornecimento e instalação de cada um dos sistemas (item 01 e item 02)** será de, no máximo, 90 (*noventa*) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do contrato;
- 5.9 - **Prazo de Garantia para os itens 01 e 02** será de, no mínimo, 12 (*doze*) meses para hardware, equipamentos e serviços e de, no mínimo, 24 (*vinte e quatro*) meses para os softwares da plataforma de comunicação MX-ONE com direito de atualização (up grade), contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do Recebimento Definitivo, de que trata a cláusula quatorze deste edital.
- 5.10 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.7 a 5.9 considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.
- 5.11 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet ou do e-mail [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 2282-8016 ou 2282-8682.
- 5.11.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.
- 5.12 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.13 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.14 - No caso de haver divergência entre a descrição do código do produto no COMPRASNET e o disposto no **Anexo I - Termo de Referência**, a licitante deverá obedecer a este último.
- 5.15 - Serão desclassificadas as propostas que:
- 5.15.1 - contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação.
- 5.15.2 - não atenderem às exigências deste Pregão.



## **6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

- 6.1 - O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 6.2 - O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRF2ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 6.5 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 6.6 - Os preços serão fixos e irrevogáveis.
- 6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes, excessivos ou inexequíveis;
- 6.8 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação.

## **7 - DA COMPETITIVIDADE (Formulação de Lances)**

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.
- 7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **VALOR TOTAL DO ITEM COTADO**, sob pena de desclassificação da mesma.
- 7.3 - Os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
- 7.5 - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.



- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (*trinta*) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.8 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste Edital, quando for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.9 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 7.10 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, às lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.11 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (*dez*) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- 7.12 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto no 5.450/05.

## **8 - DO PROCEDIMENTO**

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **VALOR TOTAL DO ITEM COTADO**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.



- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (*cinco por cento*) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **VALOR TOTAL DO ITEM COTADO**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.





- 8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.12 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro.

## **9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 9.1 - A **habilitação** da licitante será comprovada mediante consulta *on line* ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - **SICAF**, para verificação da validade dos documentos abaixo:
- 9.1.1 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014), alterada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1821/2014.
- 9.1.2 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF**), dentro da validade;
- 9.1.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, dentro da validade;
- 9.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, dentro da validade;
- 9.1.5 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
- 9.1.6 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via fac-símile, a documentação atualizada.
- 9.2 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:
- 9.2.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.
- 9.2.2 - DECLARAÇÃO, exigida somente das empresas que se enquadram na previsão do art. 11 do Decreto 6.204/07, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº



123, de 14 de dezembro de 2006 e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei;

9.2.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

9.2.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente;

9.2.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 - SLTI, de 16 de setembro de 2009.

9.3 - Apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

#### **9.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA OS ITENS 01 E 02:**

9.4.1 - Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA, que comprove o registro da licitante na área de Engenharia Eletrônica ou Telecomunicações, e o atual quadro de responsáveis técnicos;

9.4.2 – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;

9.4.2.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 1 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica, que ateste que a empresa licitante tenha prestado serviços similares, com referência à atualização e ampliação de plataforma de comunicação Ericsson/Mitel.

9.5 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.

9.6 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 5 (*cinco*) dias úteis, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.8 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.7, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para formalização do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.



9.9 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (21) 2282-8682 ou 2282-8016 ou para o endereço eletrônico [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.9.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do **Pregoeiro**, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região -Seção de Licitação - Rua Acre, nº 80, sala 604 -CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – Pregão nº \_\_\_\_.

## 10 - DA VISTORIA

10.1 - A licitante poderá vistoriar os locais onde serão prestados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes.

**10.2 - Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.**

10.3 - As visitas poderão ocorrer de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 17:00 horas e poderão ser agendadas pelos telefones (21) 2282-8090 ou 2282-8084.

10.4 - O atestado de visita técnica constante do Anexo II deverá ser preenchido com os dados da empresa e impresso em duas vias, que deverão ser levadas no dia e horário da visita técnica.

**11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes da aquisição dos materiais, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRes	Elementos de Despesa
02.061.0569.4257.6013	085.385	4.4.90.52.06
Valor Total Estimado para o item 01: R\$ 592.946,67		
Valor Total Estimado para o item 02: R\$ 213.150,00		

## 12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

12.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas na "*homepage*" do Tribunal: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção "Transparência Pública / Licitações e Contas / Licitações em



andamento", e no *site*: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, por meio eletrônico, através do e-mail para [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), até 3 (*três*) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

12.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.

12.3.1 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

12.3.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

### **13 - DOS RECURSOS**

13.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada da licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.

13.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.

13.4 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora.

13.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



- 13.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

#### **14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

- 14.1 - Após a homologação do resultado desta licitação o TRF convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto à Divisão de Contratos, **na Rua Dom Gerardo nº 46, 12º andar, no horário de 12:00 às 17:00 horas.**
- 14.2 - A convocação que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.
- 14.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e da CNDT, a qual deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do contrato.
- 14.4 - Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem 14.3 ou quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá a Administração convocar outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 14.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seu Anexo e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.
- 14.6 - **GARANTIA CONTRATUAL:** Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa contratada a prestação de garantia, na modalidade pela qual a Contratada optar, de acordo com o artigo 56, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato a ser firmado.
- 14.6.1 - A contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e, no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la válida e atualizada.



- 14.6.2 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do contrato.
- 14.6.3 - A perda da garantia em favor do contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no contrato.
- 14.6.4 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.
- 14.6.5 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
- 14.6.6 - A garantia contratual deverá ser prestada quando da assinatura do contrato.

## **15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 15.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, modificada pela Lei nº 8.883/94, o objeto da presente licitação será recebido mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:
  - 15.1.1 - **Provisoriamente** - por Comissão formada por 03 (três) servidores designados pelo Contratante imediatamente, após a entrega dos equipamentos e a conclusão dos serviços, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com os termos contratuais;
  - 15.1.2 - **Definitivamente** - no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e depois de verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais;
- 15.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os produtos/serviços foram entregues/prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.
- 15.3 - A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 15.4 - Após a retirada da nota de empenho, o TRF-2ªRG designará servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.



## **16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

16.1 - O pagamento será efetuado após a conclusão dos serviços, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto;

16.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

16.1.2 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

**16.2 - O documento fiscal deverá ser entregue no Núcleo de Compras, situado na Rua Dom Gerardo, 46, 12º andar, Centro - Rio de Janeiro, no horário de 12 às 17 horas, de segunda a sexta feira.**

16.3 - As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nºs 539 de 25/04/05 e 706 de 09/01/2007 e pela In RFB nº 765 de 02.08.2007;

16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).

16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

16.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à contratada para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

## **17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

17.1 - A Contratada deverá afastar ou substituir qualquer empregado, mediante solicitação do contratante.





17.2 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços no TRF-2ª Região, estarão sujeitos a suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o TRF-2ª.Região, pois que manterão Contrato de trabalho com a Contratada, cabendo a esta responder, exclusivamente, pelos encargos trabalhistas previdenciários e fiscais, resultantes da execução do presente Contrato.

17.3 - A Contratada deverá manter o Tribunal a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

17.4 - A Contratada deverá manter seus empregados alocados na execução do serviço ora contratado, em situação empregatícia regular e legal. O Contratante se reserva o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar conveniente, exigir esta comprovação.

17.5 - A Contratada utilizará na prestação dos serviços objeto do presente contrato, mão de obra qualificada, equipamentos e materiais de primeira qualidade e suficientes à realização dos serviços.

17.6 - Permitir que seus empregados, quando prestando serviços nas dependências do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, sejam vistoriados pela Segurança Interna.

17.7 - Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo.

17.8 - Responderá a Contratada por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados, sendo de sua inteira responsabilidade o fornecimento de equipamento de proteção individual a seus funcionários.

17.9 - A Contratada deverá afastar ou substituir qualquer empregado que, comprovadamente, e por recomendação da fiscalização, causar embaraço à boa execução dos serviços.

17.10 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

## **18 - DAS PENALIDADES**

18.1 - A Licitante que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, sem





prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

18.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.2 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

18.3 - Penalidades a que está sujeita a contratada inadimplente:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o TRF-2ªRG, pelo prazo de 2 (*dois*) anos.
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.4 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo, discriminadas:

18.4.1 - A inexecução, total ou parcial, do contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário inadimplente.

18.5 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas sujeitá-las-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

18.5.1 - A multa moratória acima estipulada fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

**18.6 -** Caso as multas previstas nos subitens 18.4.1 e 18.5 não sejam pagas no prazo estabelecido, serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato, ou, ainda, cobradas judicialmente, se for o caso.

**18.7 -** Se as multas supracitadas forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.



- 18.8 - O período de atraso será contado em dias corridos.
- 18.9 - A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente rescinda o contrato e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.
- 18.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24/12 de 16.12.04, atualizada em 08/06/2005.
- 18.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à adjudicatária, na forma da lei.
- 18.12 - Sempre que não houver prejuízo para o TRF-2ªRG, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.
- 18.13 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º, do art. 57, da Lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

## **19 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 19.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:
- 19.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos *sites*: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção "*Transparência Pública / Licitações e Contas / Licitações em andamento*", e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), opção "*visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos*", e comunicando às firmas, com a antecedência mínima de 24 (*vinete e quatro*) horas da data inicialmente marcada;
- 19.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;
- 19.1.3 - Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.
- 19.2 - **A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma do que estabelece o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;**



- 19.3 - As supressões citadas no subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.
- 19.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;
- 19.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2015.

Rubens Ferraz de Araujo  
Pregoeiro Substituto



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 124/2015**  
**Proc. nº TRF2-EOF-2015/00343**

**Objeto: Item 01** - contratação de empresa para fornecimento de produtos e prestação de serviços para a atualização e ampliação da plataforma de comunicação Ericsson/Mitel MX-ONE TSE 4.1/SP4, para versão 6.0, considerando as capacidades do equipamento em uso no TRF da 2ª Região; **Item 02** - contratação de empresa para ampliação da plataforma de telecomunicação MITEL MX-ONE TSE 4.1/SP2, com fornecimento de um LIM remoto, para atender o site Centro Cultural Justiça Federal – CCJF, conforme especificações definidas neste Edital e seu Anexo I - Termo de Referência.

**A - ITEM 01**

**1.1 - Descrição do Sistema Atual:**

<b>SISTEMA : ERICSSON MD 110 - VERSÃO: MX ONE TSE 4.1 SP4</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QTD</b>
01	Ramais analógicos	896
02	Ramais digitais (2B+D)	432
03	Ramais IP	140
04	Placa ELU-29 s/identificador de chamadas	32
05	Placa ELU-29 c/ identificador de chamadas	04
06	Placa ELU-34 c/ identificador de chamadas	10
07	Placa ELU-28	21
08	Placa ELU-33	03
09	Troncos digitais	150
10	Link digital ISDN, de 02 Mbps, interligando com a central Ericsson MD110, BC 09, da Justiça Federal do Rio de Janeiro	01
11	Retificador/Carregador PROTECO, modelo FMP 48/40X-IN (48V/20 A)	01
12	Software de Tarifação STI Atenas	01
13	Retificador/ Carregador PROTECO (48V/15A), com baterias seladas VLA (LIM4)	01
14	Software de Tarifação Informattec GTC Advanced	01
15	Software de gerenciamento putty para MX ONE	05
16	4 baterias seladas de 12V/ 150 AH	01
17	Bloco M10A, marca KRONE, para interligação da central com a rede interna	88



<b>SISTEMA : ERICSSON MD 110 - VERSÃO: MX ONE TSE 4.1 SP4</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QTD</b>
18	Bloco M8, marca KRONE, para interligação da central com a rede interna	24
19	Placa IPLU	09
20	Placa TMU	10
21	Placa TLU 76/1	06
22	Placa LSU-E	02
23	Servidor de Call Center, com correio de voz, da marca PCS com 32 PAs e 02 Supervisores e aplicativo client para login/logoff	01
24	SWITCH 48 V com 24 portas, 10/100 EXTREME	01
25	MX ONE SERVER 48V (gateway)	02
26	Servidor de application link da IBM, com 32 licenças.	01
27	Software Manager Provisioning e Manager Telephony System	01
28	MGU	02
29	ASU-E	02
30	FAN UNIT – 48V DC	02
31	URA com correio de voz INFORMATEC	01
32	Gateway Audiocodes Mediante 1000	02
33	Switch Enterasys	01
34	TLU -83	01
35	Mesa operadora	03

## **1.2 – DESCRIÇÃO DO PLANO DE FACE DA CENTRAL TELEFÔNICA:**

1.2.1 – Plano de face da central (LIM1, LIM2, LIM3, LIM4) constante como item C - Anexo I deste Edital.

## **1.3 – DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS:**

<b>1.3.1 – ATUALIZAÇÃO DO HARDWARE DA CENTRAL TELEFÔNICA PARA VERSÃO 6.0</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QTD</b>
1	Gabinete MITEL/AASTRA modelo Media Gateway Classic com conversor DC/DC de 48VDC	3
2	Cabo de energia MITEL/AASTRA para gabinete Media Gateway Classic	3
3	Placa para musica externa MITEL/AASTRA modelo TMU/12 com cabo	3
4,	Placa MITEL/AASTRA modelo MGU/2 com 4 entroncamentos E1 e função de Media Gateway IP com 128 DSP's	3
5	Unidade de ventilação MITEL/AASTRA para gabinetes Media Gateway Classic	2



**1.3.1 – ATUALIZAÇÃO DO HARDWARE DA CENTRAL TELEFÔNICA PARA VERSÃO 6.0**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
6	Servidor MITEL/AASTRA Integrado ao gabinete Media Gateway Classic modelo ASU-II	2
7	Licença para redundância tipo (N+1) do servidor ASU-II	1
8	Unidade de ventilação MITEL/AASTRA para gabinetes Media Gateway Classic (FAN UNIT)	2
9	Placa de ramal analógico MITEL/AASTRA modelo ELU34 com cabo	18
10	Placa de ramal digital MITEL/AASTRA modelo ELU33 com cabo	11
11	Cabos adaptadores tipo "Y" para conexão dos cabos das placas ELU2x com as placas ELU3x	29
12	Rack 19" com 44Us e mínimo de 700 mm de profundidade com 2 réguas de 8 tomadas e 4 bandejas	3
13	Switch KVM com 8 entradas, monitor tipo LCD 17, teclado e mouse integrados	1

**1.3.2 – AMPLIAÇÃO DO SOFTWARE DE CONFIGURAÇÃO WEB MX-ONE COM ASSURANCE 24 MESES**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Ampliação das licenças MITEL/AASTRA do Software Provisioning Manager	500

**1.3.3 - AMPLIAÇÃO DE RAMAIS ANALÓGICOS COM ASSURANCE 24 MESES**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Ampliação de Ramais Analógicos (hardware), incluindo placas, cabos e gabinete Media Gateway.	256
02	Licenças para ampliação de Ramais Analógicos (contemplando também placas já existentes).	352
03	Conjunto composto por Blocos de engate rápido, bastidores e acessórios para distribuição de 256 ramais.	1

**1.3.4 – AMPLIAÇÃO DE LICENÇAS DE RAMAIS DIGITAIS COM ASSURANCE 24 MESES**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Licença para Ramais Digitais.	64

**1.3.5 – AMPLIAÇÃO DE LICENÇAS DE RAMAIS IP MITEL COM ASSURANCE 24 MESES**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Licença para ramais IP MITEL/AASTRA, incluindo o direito de uso do Codec G729 (não inclui chamada de vídeo).	350



**1.3.6 – LICENÇAS PARA ENTRONCAMENTO IP MITEL COM ASSURANCE 24 MESES**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Licença para entroncamento IP (External Line SIP).	03

**1.3.7 – SISTEMA DE RAMAIS MÓVEIS MITEL DECT COM ASSURANCE 24 MESES**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Antena MITEL/AASTRA modelo IPBS 432, incluindo hardware e licença.	1
02	Licenças para ramais IP DECT da central PABX MX-ONE.	6
03	Aparelho DECT sem fio MITEL/AASTRA modelo DT690 com carregador de mesa incluso.	6

**1.3.8 - MATERIAL DE INFRAESTRUTURA PARA A SALA DA CENTRAL TELEFÔNICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Fornecimento e instalação de piso elevado, com no mínimo 4 (quatro) centímetros de espessura, apropriado para utilização em datacenter.	9,20 m²
02	Calhas para acomodar os cabos de ramais da central	1

**1.4 - Características do piso elevado:**

- ✓ Sistema estrutural contraventado, composto por longarinas, fixadas aos suportes telescópicos, todos protegidos com tratamento anticorrosivo;
- ✓ Placas de piso em madeira aglomerada de alta densidade (mínimo 720 kg/m³), com as mesmas dimensões do piso existente e espessura mínima de 40 ± 0,5 mm, e módulo de resistência à flexão mínima de 15 mPa;
- ✓ Contraplacamento em alumínio ou outro material que proporcione à placa a não absorção de umidade em sua face inferior;
- ✓ Bordas com revestimento de proteção em todo perímetro, recobrimdo toda a sua área (mesmo as que sofrerem corte manual para ajustes);
- ✓ Revestimento superior em laminado fenólico melamínico especial para pisos, com espessura mínima de 1 mm;
- ✓ Adesivos compatíveis com os materiais das placas;
- ✓ Carga uniformemente admissível = 12 kPa; flecha máxima = 1,3 mm; coeficiente de segurança = 3;
- ✓ Carga concentrada admissível = 4.400 N; flecha máxima = 2,6 mm; coeficiente de segurança = 3;



- ✓ Resistência ao impacto de 100 N a uma altura de 0,9 m;
- ✓ Suporte telescópico metálico, com tratamento anticorrosivo, base com área mínima de 60 cm², e mecanismo de ajuste, resistência mínima de 18.000 N;
- ✓ Suporte de apoio com cruzeta acoplada, com tratamento anticorrosivo;

## **2 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

2.1 - Os serviços deverão ser executados, preferencialmente, sem a necessidade de paralisação do sistema telefônico do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, e deles deverão constar:

2.1.1 - Apuração junto ao Setor Técnico (SECTEL/NUMAN) dos dados necessários para elaboração de projeto básico, a ser apresentado pela licitante vencedora do certame juntamente com o cronograma de execução dos serviços, contendo descrição de todo processo.

2.1.2 - Deverá ser elaborada base de dados, de forma a ser mantida todas as facilidades programadas nos ramais em uso.

2.2 - Os hardwares constante do sistema existente, instalados na sede do Contratante, sito a Rua Acre 80/202b, Centro, Rio de Janeiro -RJ e elencados na planilha constantes do item 1.1, deverão ser migrados para os racks 19" a serem fornecidos, bem como os modens das operadoras de telefonia local e 02 (dois) gateways Audiocodes e 01 (um) switch utilizados em um sistema independente.

2.3 – Além dos materiais constantes das planilhas do presente termo, deverá ser fornecido todo material necessário a execução do serviço e perfeito funcionamento do sistema.

2.4 - Os racks deverão ser posicionados no centro da sala da central. Os blocos dos ramais telefônicos deverão permanecer no shaft existente na parede do local e os cabos de conexão da central telefônica com blocos seguir acomodados em calhas de piso apropriadas, embutidos no piso elevado a ser fornecido pela Contratada, conforme discriminado no subitem 1.4 deste Anexo I.

2.5 - Realizar todo e qualquer ajuste ou programação necessária ao funcionamento de todos os ramais e aparelhos telefônicos, de forma que os mesmos executem todas as facilidades disponíveis no sistema telefônico, como: call list, captura, não perturbe etc...

2.6 - Fornecimento de todo e qualquer ferramenta ou equipamento necessário para execução do serviço.





2.7 – Utilizar mão de obra técnica qualificada, com registro no CREA e treinamentos em plataforma MD110 MX ONE TSE – V 4.0 ou superior, bem como, no sistema de tarifação Informatel GTC advanced.

2.8– A Contratada deverá possuir uma central de referência para proceder às alterações necessárias na base de dados, simulando posteriormente seu funcionamento, garantindo que os trabalhos serão realizados de forma segura e transparente para o Contratante.

2.9 - Quando houver necessidade de paralisação parcial ou total do sistema, o contratante deverá ser previamente avisado e o serviço realizado em dia ou horário fora do expediente.

2.10 - **Para o item 01** - Documento comprovando que ao menos 1 (um) técnico responsável pela execução do serviço possui treinamento ministrado pelo fabricante do sistema de tarifação solicitado, bem como na MITEL/AASTRA em sistema MD110 MX ONE TSE – V4. 0 ou superior.

2.11 - **Para o item 02** - Documento comprovando que o profissional responsável pela execução dos serviços possui treinamento ministrado pelo fabricante do sistema do Ericsson/Aastra em sistema MD110 MX ONE TSE – V4. 0 ou superior.

### **3 – DOS PROGRAMAS (SOFTWARES)**

3.1 – A Contratada deverá efetuar eventuais correções e/ou atualizações dos programas em uso no sistema, de forma evitar incompatibilidade com os novos hardwares e softwares fornecidos com a nova versão do sistema a ser implantada.

3.2 – A Contratada deverá manter atualizadas as funções dentro da versão operacional adquirida, de forma a assegurar a compatibilidade do sistema com os futuros aperfeiçoamentos (upgrade e/ou novas facilidades), que venham a ser adquiridas pelo Contratante.

### **4 – DO TREINAMENTO:**

4.1 – Curso básico do sistema MX-ONE 6.0, para 02 participantes, na sede do fabricante, sendo as despesas com transporte e hospedagem por conta do Contratante, abrangendo aos seguintes módulos: **LINUX BASIC (código LZU 102 1608) e MX-ONE TELEPHONY SYSTEM (código LZU 103 1013).**

## **B - ITEM 02**

### **1 – Dos equipamentos:**

1.1 - Fornecimento de Gabinete Remoto - LIM, para atender o Centro Cultural Justiça Federal, Avenida Rio Branco, nº 241, Centro - Rio de Janeiro, o qual deverá ser instalado no 1º



pavimento, na sala de Segurança Patrimonial e conectado via rede TCP/IP com o sistema de comunicação principal MX-ONE, instalado no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.1.1 - Importante ressaltar que o sistema MX-ONE instalado no Tribunal Regional Federal, encontra-se em processo de atualização para versão 6.0.

1.2 - O LIM deverá possuir magazine padrão MITEL MX-ONE CLASSIC e ser equipado com todos os hardwares, softwares, licenças e cabamentos necessários para o perfeito funcionamento de:

1.2.1 - 64 ramais analógicos, com identificação de chamada;

1.2.2 - 32 ramais digitais;

1.2.3 - 10 ramais IP - protocolo SIP;

1.2.4 - 30 canais de entroncamento R2-DIGITAL (CAS) com a rede pública;

1.2.5 - Software Assurance Mitel com validade de 02 anos;

1.2.6 - Retificador 48 VDC com URs redundante e banco de baterias do tipo estacionária, reguladas a válvula VRLA, específica para sistema de telecomunicações, não devendo exalar gases e com capacidade para manter o equipamento por até 04 horas em caso de falta de energia;

1.2.7 - Rack 19 polegadas, 44Us, padrão MX-ONE, com bandejas reforçadas para instalação dos equipamentos referentes ao LIM, bem como do retificador e baterias, devendo conter ventilação e organizador de cabos;

1.2.8 - Conjunto de blocos KRONE, com perfil metálico, para os ramais "TDM". Os cabos, para conexão das placas de ramais aos blocos, deverão possuir, no mínimo 15 metros, tendo em vista que o DG ficará localizado no pavimento subsolo do prédio;

1.2.9 - Deverão ser fornecidos 50 (cinquenta) aparelhos digitais MITEL Dialog 4222 na cor cinza escuro.

## **2 – Dos serviços:**

2.1 - Apuração junto ao Setor Técnico (SECTEL/NUMAN) dos dados necessários para elaboração de projeto básico, a ser apresentado pela licitante vencedora do certame juntamente com o cronograma de execução dos serviços, contendo descrição de todo processo.

2.2 - Deverão ser executados todas as configurações necessárias para perfeita comunicação, com total transparência, entre a central MX-ONE TSE 4.1/SP2 do TRF-2ª Região e o LIM remoto fornecido, bem como com os sistemas de tarifação, música/mensagem em espera e gerenciamento existentes.

2.3 - O LIM remoto deverá ser programado de forma que as chamadas de entrada sejam recebidas através do link existente com a operadora local (10 entroncamentos



bidirecionais) e as de saída sejam efetuadas através da central MX-ONE TSE 4.1/SP2 do TRF-2ª Região, devendo os equipamentos serem interligados por VOIP (TCP/IP), com capacidade para até 30 conexões simultâneas, por meio de link fornecido pelo Contratante (200 MB).

2.3.1 - O LIM deverá possuir licença de entroncamento R2-DIGITAL (CAS), possibilitando, o recebimento das ligações externas através da operadora local, conforme segue:

2.3.1.1 - Número chave: 21 3261-2550 - Faixas: 2550 a 2599 e de 6400 a 6449.

2.3.1.2 - Em caso de problema com o link entre o LIM e o MX-ONE, as ligações de saída, com transparência para o usuário, passarão a utilizar a rota com a central pública.

2.3.2 - Deverá possibilitar que ramais instalados na Central do TRF sejam remanejados para o LIM remoto e vice-versa.

- 2.4 - Realizar todo e qualquer ajuste ou programação necessária ao funcionamento de todos os ramais e aparelhos telefônicos, de forma que os mesmos executem todas as facilidades disponíveis no sistema telefônico, como: call list, captura, não perturbe etc...
- 2.5 – Fornecimento de todo material necessário, incluindo cabeamento apropriado, hardware, software e licenças de funcionamento, devendo ser utilizado sempre componentes novos e originais, incluindo os necessários para o perfeito funcionamento do sistema de tarifação com a central telefônica.
- 2.6 - Fornecimento de todo e qualquer ferramenta ou equipamento necessário para execução do serviço.
- 2.7 – Utilizar mão de obra técnica qualificada, com registro no CREA e treinamentos em plataforma MD110 MX ONE TSE – V 4.0 ou superior, bem como, no sistema de tarifação Informatel GTC Advanced e GTC Atenas.
- 2.8 - Efetuar o devido aterramento do sistema na malha existente no local.

## **C – PLANO DE FASE MD 110 LIM**